

Crimes ambientais

↳ Lei 9.605/98: dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências

* art. 2º: responsabilidade da pessoa física

↳ admite concurso de agentes

* art. 3º: responsabilidade da pessoa jurídica

↳ É possível a responsabilização da PJ e da PF, porém, NÃO preciso identificar a PF para punir a jurídica

↳ art. 3º, parágrafo único

↳ **aplicação da pena:** art. 6º - critérios

- gravidade do fato → motivos e consequências. Ex: brumadinho
- antecedentes
- situação econômica → em caso de multa

* Temos penas restritivas de direitos para pessoa física e para pessoa jurídica → art. 8º e art. 22

↳ prazo de 10 anos

↳ NÃO pode ser interdição permanente, tem que ser temporária

↳ Atenuantes: art. 14

* arrependimento: diminuir o dano

↳ Agravantes: art. 15

* reincidência em crimes ambientais

* Ação Penal Pública Incondicionada

↳ Suspensão condicional da pena: art. 77 CP → não superior a 2 anos

Nos crimes ambientais são NÃO superiores a 3 anos.

* crimes contra a fauna: art. 29 a 37

* crimes contra a flora: art. 38 a 63 @beatriznamiestudies

* da poluição e outros crimes: art. 54 a 61

* contra o patrimônio humano e cultural: art. 62 a 65

* contra a adm. ambiental: art. 66 a 69

↳ ATENÇÃO:

- pena: reclusão / detenção e/ou multa
- possibilidade de transação penal - regime inicial
- se admite modalidade culposa
- causas de aumento e diminuição
- modalidade culposa
- excludentes → art. 37

↳ Competência: regra geral: Justiça Estadual

Em algumas situações a competência será federal